

Número 7, agosto de 2008

Comunicado da Presidência

Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano

Realização:
Assessoria Técnica da Presidência

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

1. Apresentação¹

A economia brasileira, ao longo dos últimos anos, tem demonstrado um vigor que parece refletir-se positivamente sobre a renda familiar. Em outras palavras, o crescimento produtivo do país veio acompanhado de uma melhora na renda das famílias em todas as faixas, implicando em uma queda no número de pobres no país e mesmo, mais recentemente, em elevação no número de pessoas de alta renda (ricos).

Contudo, mesmo com números alvissareiros, é necessário notar que os significativos ganhos de produtividade não estão sendo repassados aos salários, indicando que os detentores dos meios de produção podem estar se apoderado de parcela crescente da renda nacional. Por isso **Comunicado da Presidência** nº 7 se dedica a observar o comportamento da renda de pobres e ricos nas seis principais regiões metropolitanas do país, pontuando questões que merecem atenção da sociedade e das autoridades. Para tanto:

- Na primeira seção, são esclarecidos os procedimentos metodológicos do estudo;
- A seção 2, analisa os números da pobreza nas seis regiões metropolitanas (RM's) estudadas (Recife, Salvador, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Rio de Janeiro)²;
- Já a seção 3, faz a mesma análise, observando cada uma das seis RM's mostrando que o movimento é semelhante em todas elas;
- Em seguida, a seção 4, discute a dinâmica dos mais ricos também no conjunto do Brasil metropolitano;
- Na seção 5, os dados analisados focam, novamente, os mais ricos, porém em cada uma das seis principais RM's do país;
- Por fim, na última seção, o estudo chama a atenção para o fato de que apesar do crescimento econômico, a produtividade não está sendo repassada plenamente aos salários dos trabalhadores, o que pode favorecer mais os ricos que os pobres.

2. Referência metodológica

As metrópoles brasileiras possuem os mais nítidos contrastes da nossa vida social, resumindo, em grande medida, a realidade nacional. Deste modo, dado sua importância, volume e a relativa estabilidade do seu papel em relação ao restante do país³, seu estudo serve como boa *proxy* para se perceber os movimentos mais recentes da nossa estrutura social.

Em termos de participação na população do Brasil, por exemplo, as seis regiões metropolitanas apresentam elevado grau de estabilidade — variando entre 26% e 25,4% entre 1992 e 2006, segundo a PNAD. Para o caso da pobreza, as informações da mesma pesquisa apontam para o fato de a participação das seis regiões metropolitanas no total do país pouco oscilar, tendendo fortemente a permanecer em torno dos 17%. Já para os mais ricos, os números mostram que 42% deles estão nessas seis RMs somadas, compondo

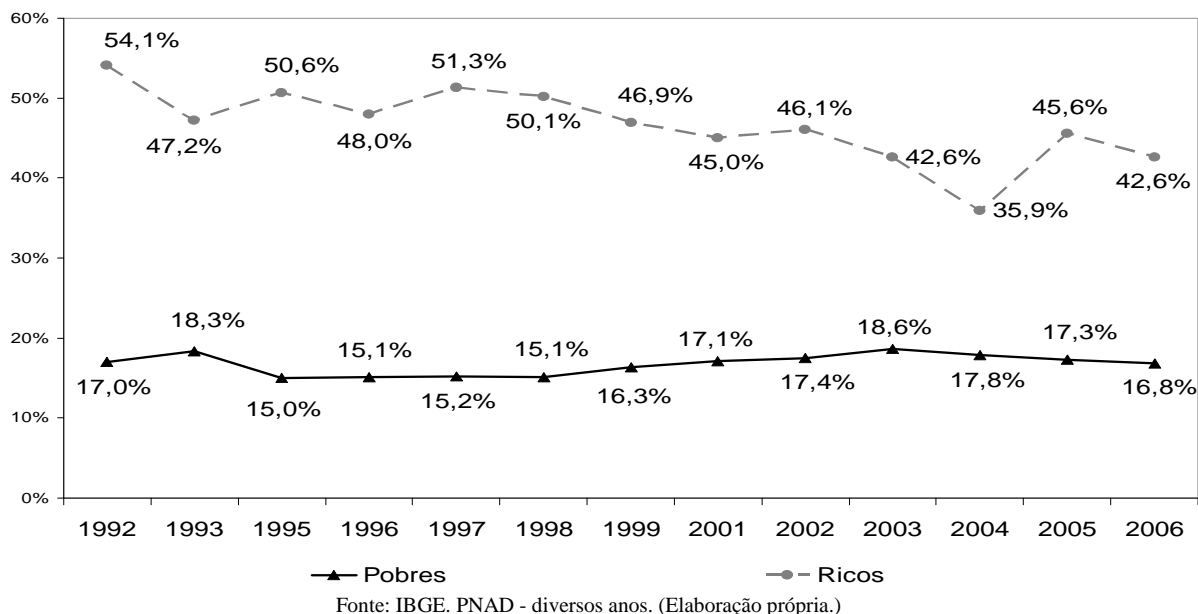
¹ Este estudo contou com enorme colaboração do pesquisador Fábio Vaz (DISOC/IPEA) e com o apoio de Ricardo L. C. Amorim (Assessoria da Presidência). Agradecemos também a Rafael Ribas, pela ajuda na metodologia de imputação de renda na PME.

² Essas seis regiões metropolitanas produzem 37,1% do PIB nacional e comportavam 25,4% da população residente, segundo o último Censo Demográfico.

³ Os dados da PNAD garantem essa afirmação, como se verá a seguir.

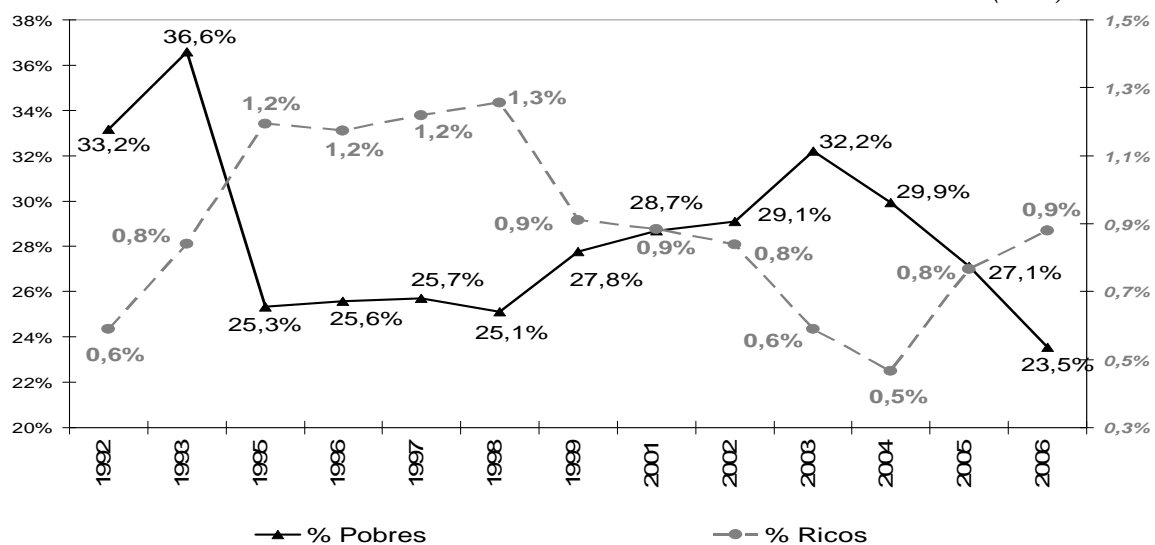
excelente amostra em termos de significância estatística. Chama a atenção, apenas, o fato de a participação desse grupo no total do país apresentar tendência de queda, oscilando de pouco mais de 50% para 42,6% entre 1992 e 2006 (PNAD)⁴.

Gráfico 1 – Participação das seis RMs no total de ricos e pobre no país, 1992-2006
(em %)



Nesses termos, por exemplo, dados da PNAD mostram que, logo após a significativa queda do número de pobres na população das seis regiões metropolitanas conseguida com a estabilidade dos preços, a mesma taxa voltou a subir nos anos seguintes até 2003. A partir de 2003, o percentual de pobres inicia uma queda consistente até 2006, refletindo, em parte, a retomada do crescimento econômico.

Gráfico 2 – Percentual de pobres e ricos nas seis regiões metropolitanas, 1992-2006
(em %)



⁴ Este movimento de deve basicamente, ao movimento de empresas para fora dos altos custos das metrópoles e o crescimento recente da agricultura, marcadamente no Centro-Oeste brasileiro.

Fonte: IBGE. PNAD - diversos anos. (Elaboração própria.)

Como pobre define-se todas as pessoas com renda *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo, isto é, R\$ 207,50. Da mesma forma, são consideradas pessoas em condição de indigência aquelas com renda *per capita* igual ou inferior a um quarto do salário mínimo (R\$ 103,75). Já pessoas ricas definiu-se como aquelas pertencentes a famílias cuja renda seja igual ou maior do que 40 salários mínimos (nominalmente hoje, R\$ 16,6 mil).

A renda utilizada na análise corresponde ao total dos rendimentos do trabalho e aposentadorias (90,7% da renda familiar), somados à pensão, doação e aluguel (7,2%) e juros, dividendos e Bolsa Família (2,1%). Ou seja, trata-se fundamentalmente do rendimento advindo das atividades laborais, acrescida ainda daquela derivada da aposentadoria oriunda também do trabalho. Salienta-se também que todos os valores monetários foram atualizados (deflacionados) para janeiro de 2008, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE.

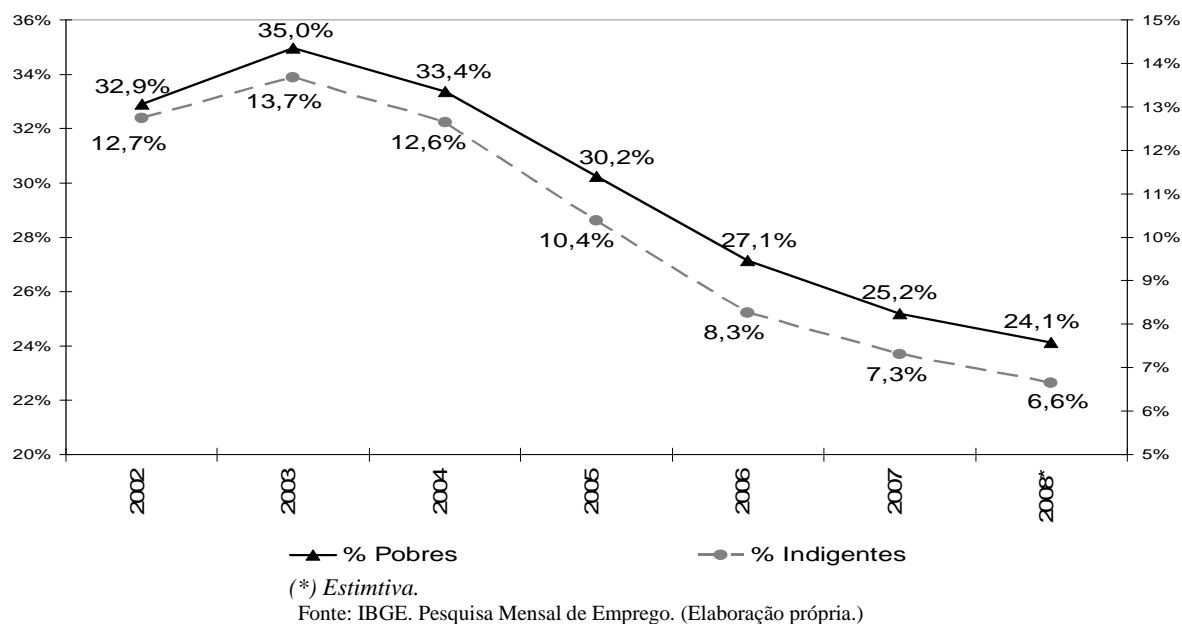
3. Pobreza no Brasil metropolitano

Uma vez apresentados os conceitos e a base estatística, pode-se identificar o conjunto de sinais a respeito de o país estar, depois de muito tempo, conseguindo reduzir sua taxa de pobreza acompanhado pela queda na desigualdade da renda do trabalho. Contudo, a maior preocupação neste estudo é observar o Brasil metropolitano recente e apontar tendências com as melhores bases de dados oficiais disponíveis.

Por isso, a análise a seguir realiza-se a partir da sistematização das informações geradas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de responsabilidade do IBGE para as seis principais regiões metropolitanas do país. A partir da PME é possível verificar a mesma tendência já apontada pela PNAD, até 2006, porém com dados para 2007 e permitindo uma estimativa para 2008⁵.

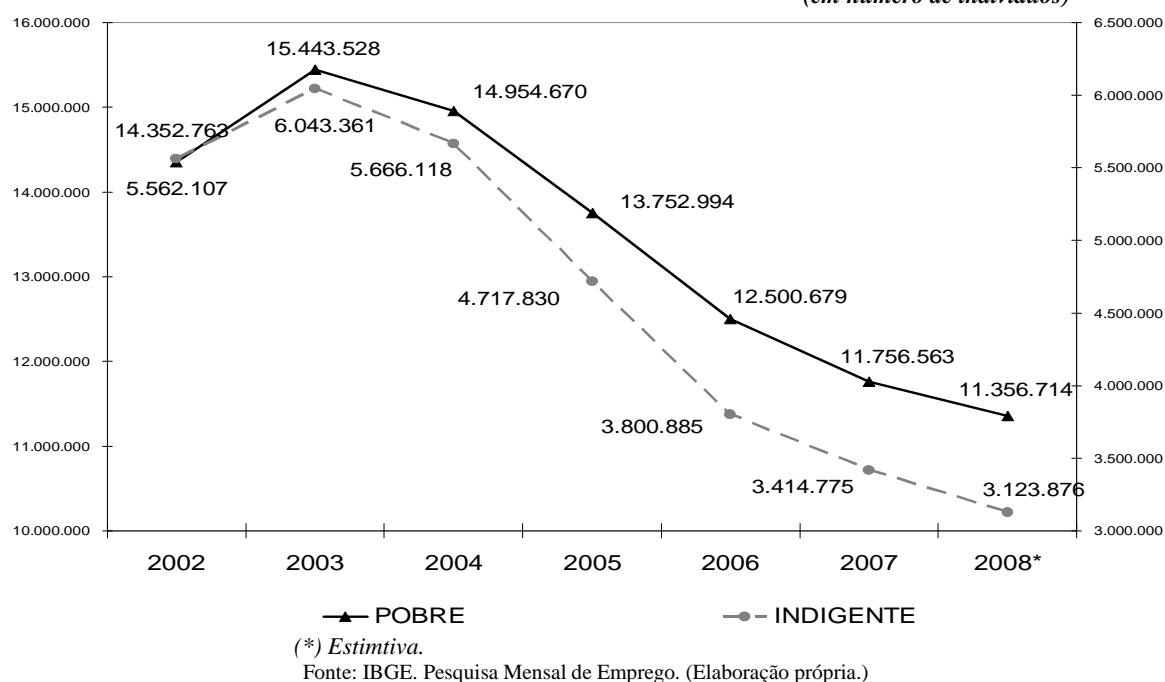
Gráfico 3 – Percentual de pobre e indigente nas seis regiões metropolitanas, 2002-2008 (em %)

⁵ Destaca-se que por mudança metodológica introduzida na PME, em 2002, há uma interrupção na série que vinha sendo produzida até então. Por isso, apresentam-se dados e análises somente desde 2002, dada inconveniência estatística de manter comparação.



Assim, nota-se que a taxa de pobreza nas seis RM's cai de 35,0% da população em 2003 para 24,1% já em 2008. Ou seja, uma redução de quase um terço da pobreza em termos proporcionais. A indigência segue o mesmo ritmo, e, em termos percentuais, sua participação na população cai para a metade.

Gráfico 4 – Número de pobres e indigentes nas seis regiões metropolitanas, 2002-2008
(em número de indivíduos)



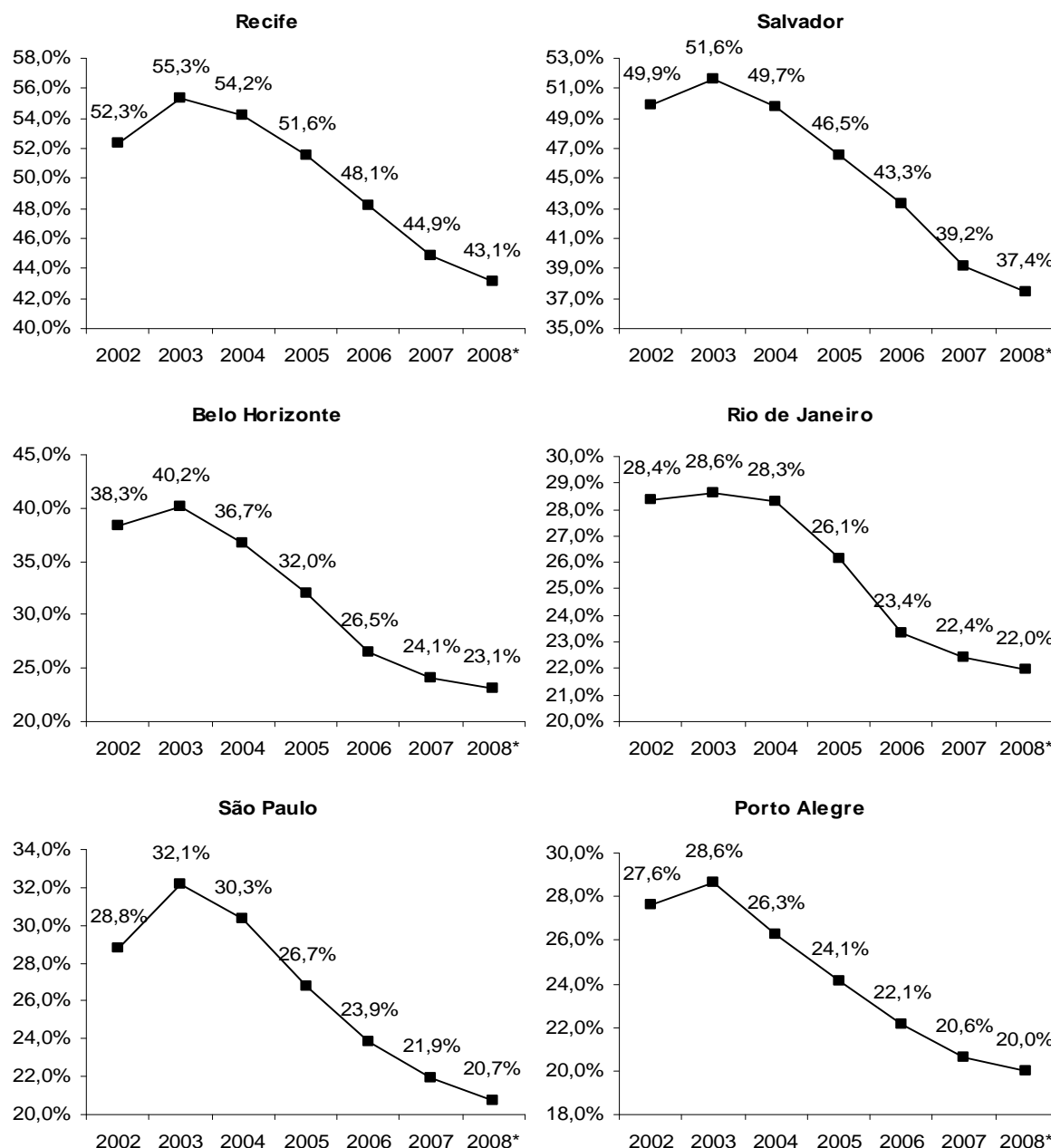
Esta forte queda percentual é facilmente explicada, pois o número absoluto de pobres caiu 20,9% entre 2002 e 2008 ou 26,5% entre 2003 e 2008. Mais significativa ainda foi a redução do número de indigente. Entre 2002 e 2008, 43,8% e entre 2003 e 2008 alcançou 48,3%.

4. A pobreza nas regiões metropolitanas

Considerando-se a evolução da pobreza em cada uma das principais regiões metropolitanas do país (gráfico 5), nota-se que todas apresentaram a mesma tendência: o percentual de pessoas pobres aumenta entre 2002 e 2003 e, a partir de então, passa a cair continuamente até 2007, como projeção de queda para 2008. A maior queda na pobreza foi observada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde o número de pessoas pobres caiu de 38,3% da população em 2002 para 23,1% da população em 2008.

As regiões metropolitanas que apresentaram as maiores taxas de pobreza no período analisado foram as regiões de Recife e Salvador, onde, a estimativa para 2008, indica respectivamente 43,1% e 37,4% de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. As regiões metropolitanas de São Paulo e Porto Alegre, por outro lado, foram as que apresentam as menores taxas de pobreza em 2008, com 20,7% e 20,0% de pobres no total da população, respectivamente.

Gráfico 5 – Percentual de pobres por região metropolitana, 2002-2008
(em %)



(*) Estimativa

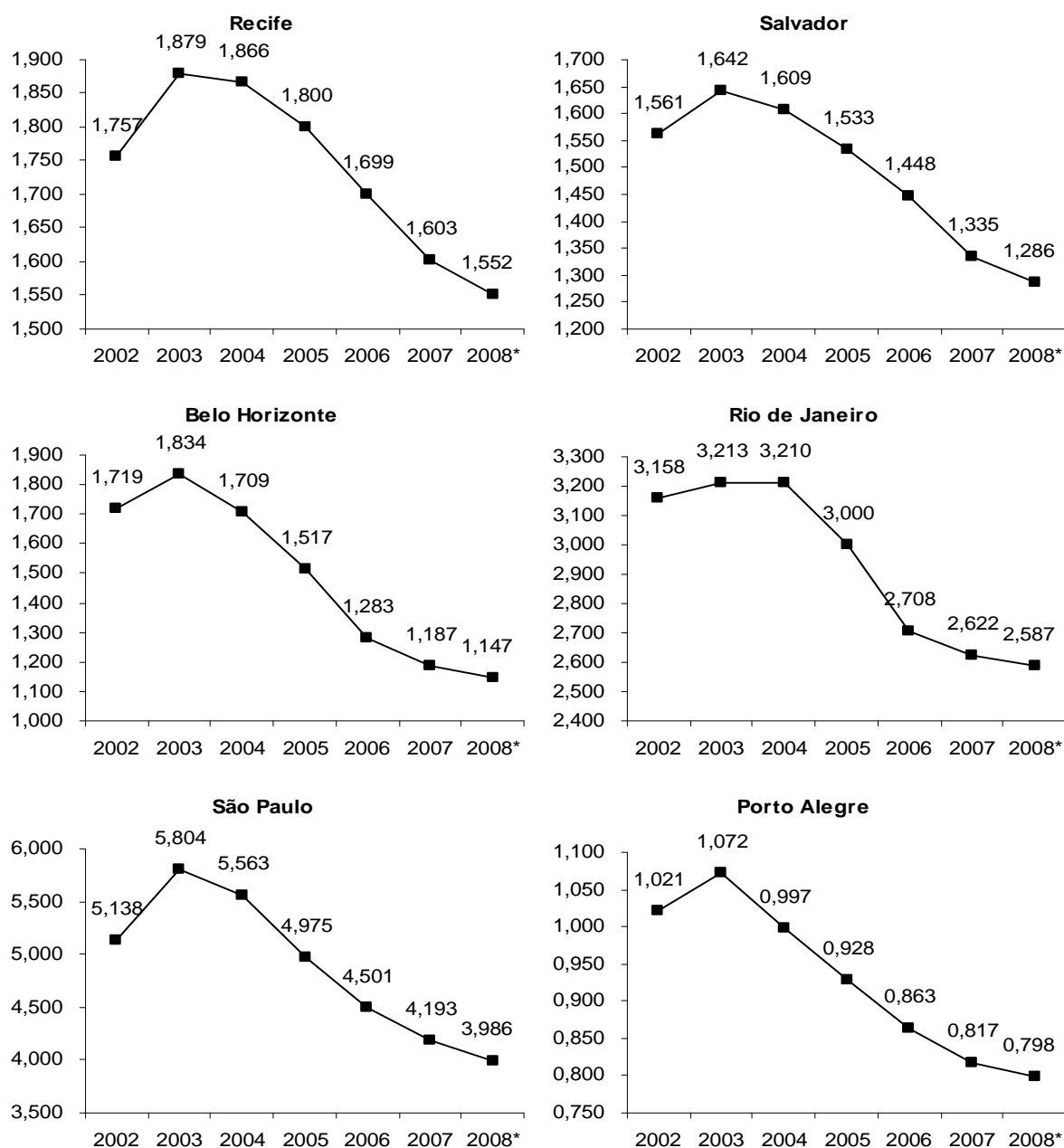
Fonte: Elaboração própria a partir da PME/IBGE.

Nota: Renda domiciliar imputada através da metodologia descrita em Ribas e Machado (2008).

Em números absolutos, no entanto, São Paulo e Rio de Janeiro são as regiões com o maior número de pobres no período analisado (4,0 e 2,6 milhões de pessoas em 2008, respectivamente). Isto se deve a estas regiões metropolitanas representarem os maiores contingentes populacionais dentre as regiões metropolitanas do país. Mesmo assim, aquelas duas RMs apresentaram as maiores reduções no número de pobres entre 2002 e 2008: em São Paulo o número de pobres diminuiu em 1,152 milhão de pessoas, enquanto no Rio de Janeiro a queda foi de 571 mil pessoas.

Gráfico 6 – Número de pessoas pobres por região metropolitana, 2002-2008

(em milhões)



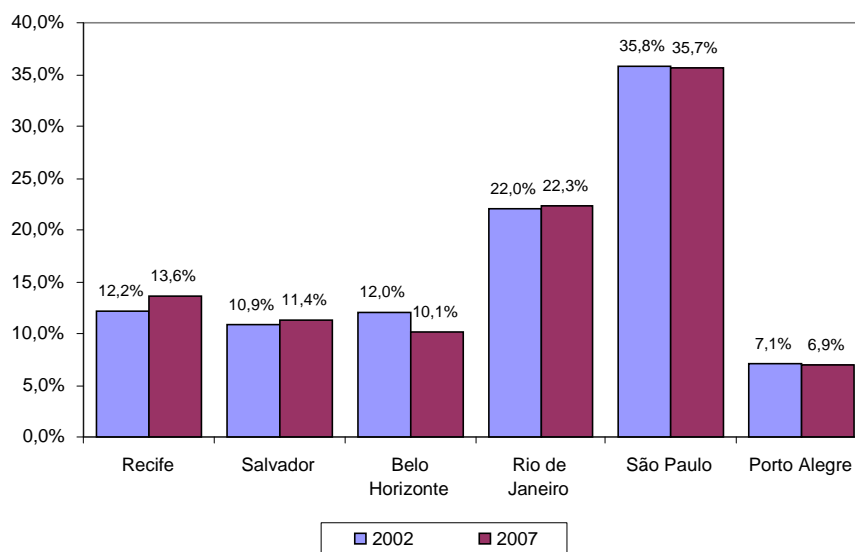
(*) Estimativa

Fonte: Elaboração própria a partir da PME/IBGE.

Nota: (1) Renda domiciliar imputada através da metodologia descrita em Ribas e Machado (2008).

De fato, a região metropolitana de São Paulo representou em 2007 cerca de 35,7% do total de pobres observados no conjunto das regiões metropolitanas (gráfico 7). No caso do Rio de Janeiro, esta participação foi de 22,3%. Ainda neste gráfico, nota-se que Belo Horizonte foi a região que mais perdeu participação na composição da população pobre entre 2002 e 2007, enquanto Recife foi a região que mais ganhou participação entre 2002 e 2007. Isto significa que o número de pobres caiu muito menos na região metropolitana de Recife do que no conjunto das RMs, enquanto que em Belo Horizonte registra-se queda significativa do número de pobres.

Gráfico 7 – Participação de cada RM no total de pobres metropolitanos, 2002-2007
(total 100%)

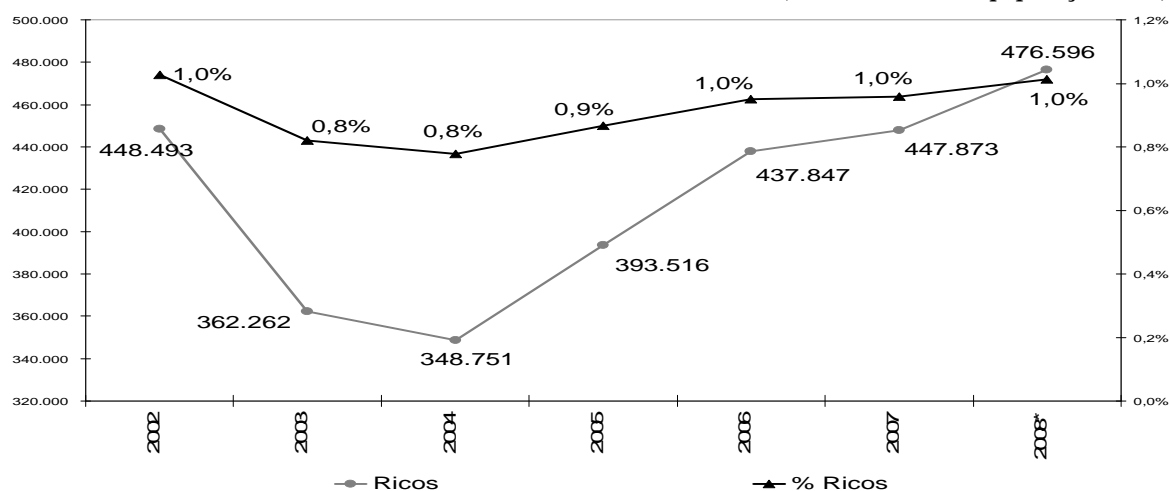


Fonte: Elaboração própria a partir da PME/IBGE.

5. Evolução dos ricos no Brasil metropolitano

No ano de 2003, nas seis RMs, o percentual das pessoas pertencentes às famílias com rendimento de 40 e mais salários mínimos mensais sofreu uma importante redução de 20% (de 1 para 0,8%). Após essa queda, a taxa de participação do extrato superior da distribuição da renda na área em tela permaneceu ainda estabilizada no ano de 2004 (taxa de 0,8%), para voltar a crescer a partir de 2005. Em 2007, encontrava-se no mesmo patamar do ano de 2002 e, em 2008, estima-se que deverá permanecer estável.

Gráfico 8- Estrato superior de renda* no Brasil metropolitano entre 2002 e 2008
(em mil e em % da população total)



(*) Estimativa

Fonte: Elaboração própria a partir da PME/IBGE.

Nota: (1) Renda domiciliar imputada através da metodologia descrita em Ribas e Machado (2008); * renda familiar acima de 40 salários mínimos mensais, R\$16,6 mil, com valor real atualizado para janeiro de 2008

Apesar disso, havia, em 2002, 620 pessoas a mais na quantidade de indivíduos pertencentes às famílias com rendimento mensal acima de 40 salários mínimos mensais no

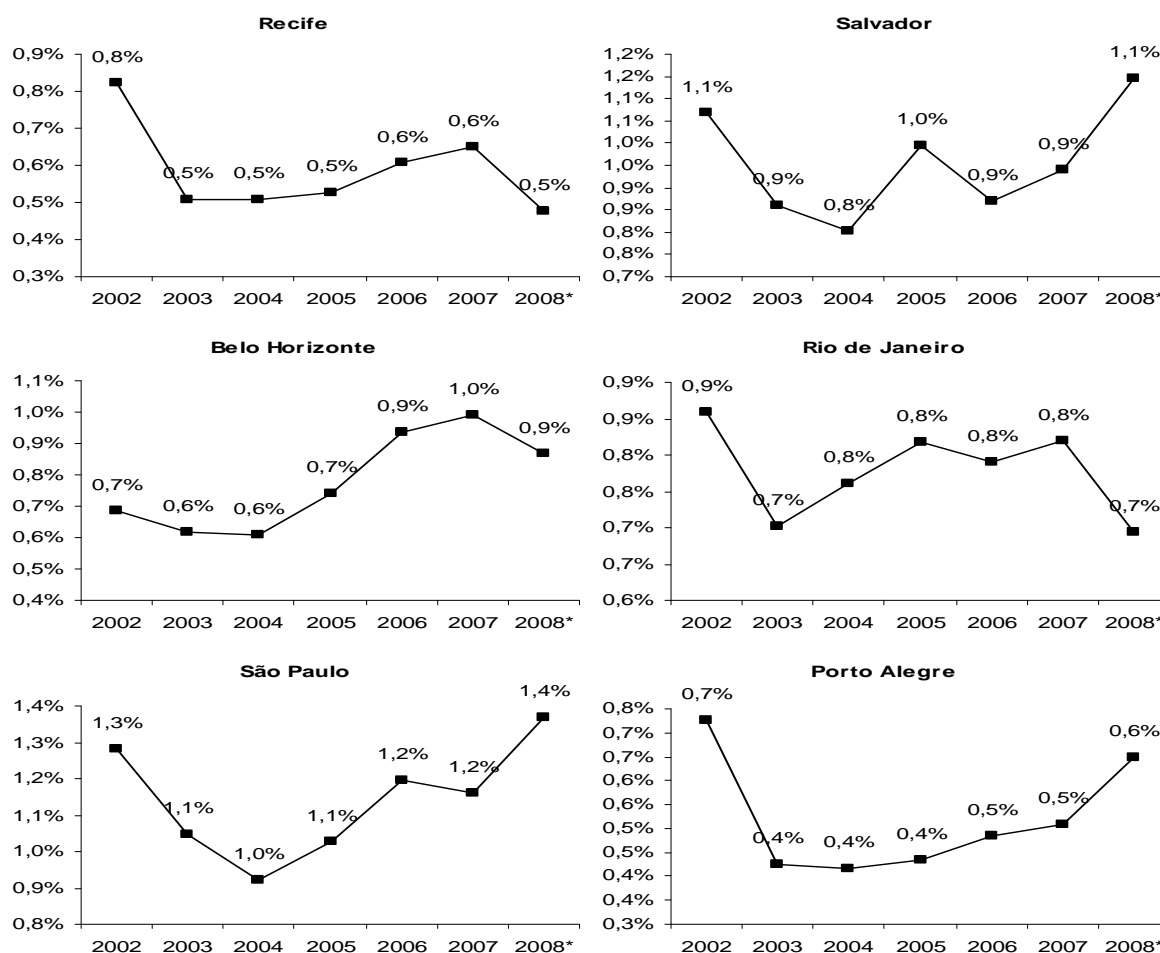
Brasil metropolitano do que em 2007 (-0,14%). No ano de 2008, projeta-se a quantidade de 28,1 mil pessoas a mais do que em 2002.

6. Evolução do estrato superior da renda nas regiões metropolitanas

De maneira geral, a evolução na participação das pessoas pertencentes às famílias com rendimento de 40 salários mínimos ou mais mensais no total da distribuição da renda para cada uma das seis regiões metropolitanas apresentou uma tendência convergente entre os anos de 2002 e 2007. Independentemente disso, observa-se que no último ano, somente a região metropolitana de Belo Horizonte apresentava maior participação relativa do estrato superior ao verificado em 2002. Se a referência for o ano de 2003, verifica-se que foi todas as regiões metropolitanas tiveram, em 2007, maior peso relativo dos indivíduos pertencentes às famílias com rendimento mensal acima de 40 salários mínimos mensais.

Gráfico 9 - Participação relativa do estrato superior de renda* nas regiões metropolitanas entre 2002 e 2008

(em % da população total)



(*) Estimativa.

Fonte: Elaboração própria a partir da PME/IBGE.

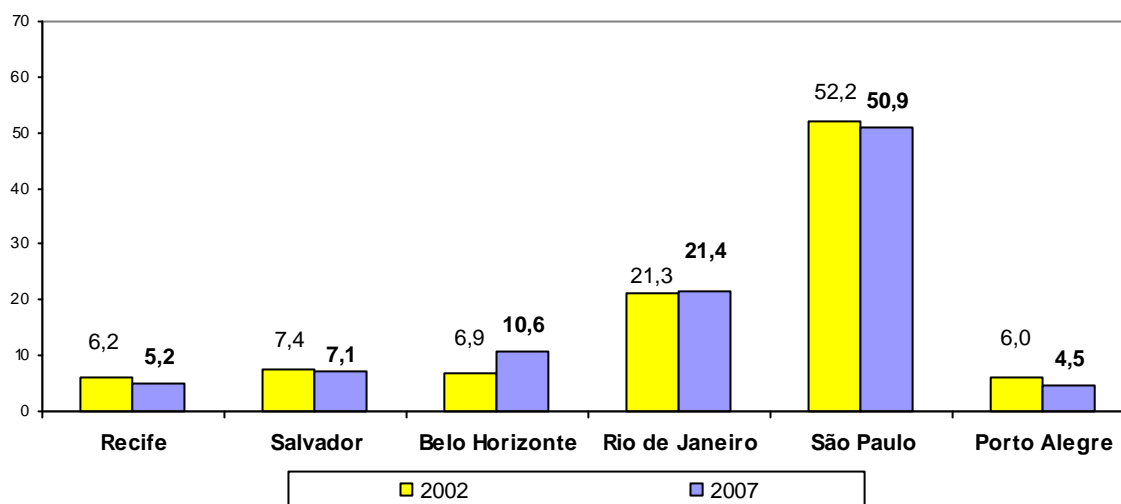
Nota: (1) Renda domiciliar imputada através da metodologia descrita em Ribas e Machado (2008).

* renda familiar acima de 40 salários mínimos mensais, R\$16,6 mil, com valor real atualizado em janeiro de 2008

No conjunto das regiões metropolitanas, percebe-se ainda que entre os anos de 2002 e 2007, houve alteração na composição do estrato superior da renda. De um lado, constata-se que somente as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Rio de Janeiro apresentaram crescimento na participação relativa no total dos indivíduos com rendimento familiar de 40 e mais salários mínimos mensais.

Gráfico 10 – Participação da cada RM no total de indivíduos metropolitanos do estrato superior de renda*, 2002 e 2007

(total 100%)



Fonte: IBGE/PME (elaboração IPEA)

(*) renda familiar acima de 40 salários mínimos mensais, R\$16,6 mil, com valor real atualizado em janeiro de 2008

De outro lado, as demais regiões metropolitanas perderam participação relativa no total das pessoas pertencentes ao estrato superior da renda. Por exemplo, enquanto a RM de Salvador teve a menor queda, a de Porto Alegre teve a maior redução na comparação do ano de 2007 com 2002.

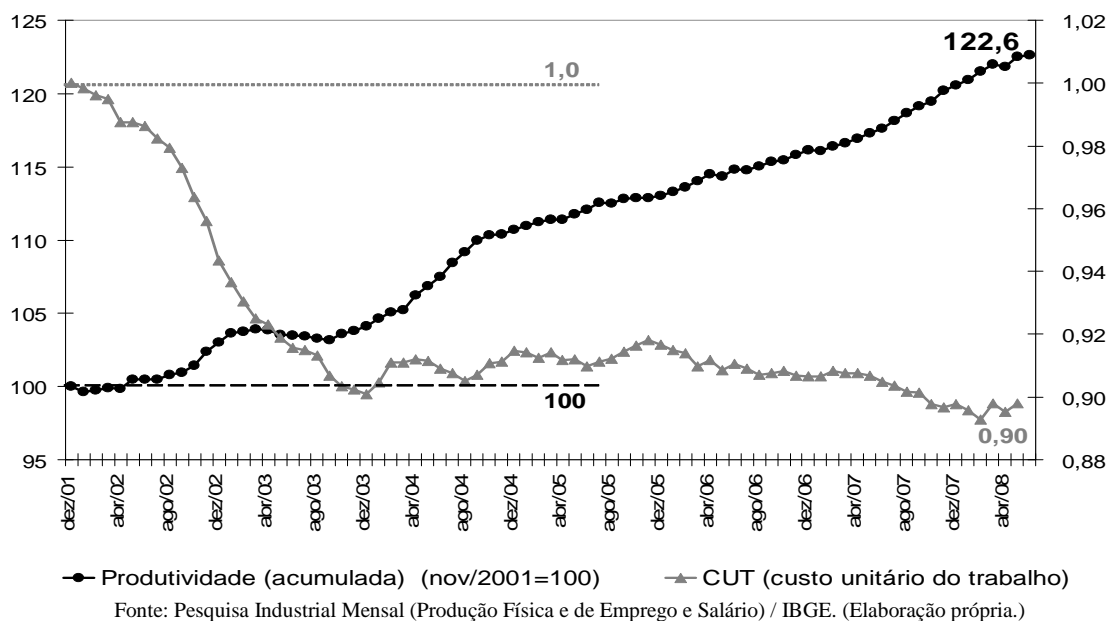
7. Produtividade e salário

Os números das seções anteriores confirmam as análises que apontam para o bom momento econômico e social do país. Entretanto, é preciso estar atento para o fato de que o mundo do trabalho ainda não é capaz de repassar ao trabalhador parte significativa dos ganhos obtidos nos últimos anos.

A Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física do IBGE indica, por exemplo, que entre 2001 e 2008, houve aumento da produção física na indústria brasileira na ordem de 28,1%, com ganhos de produtividade do trabalhador de 22,6%. A folha de pagamento por trabalhador em contrapartida, cresceu, em termos reais, 10,5% no mesmo período de tempo.

Por conta disso, o Custo Unitário do Trabalho (CUT) — *entendido como a razão entre o rendimento real médio por trabalhador ocupado e a produtividade* —, apresentou queda de 10,2% no mesmo período de tempo. Noutras palavras, a remuneração dos trabalhadores não tem acompanhado plenamente os ganhos de produtividade da indústria brasileira.

Gráfico 11 – Produtividade física da indústria brasileira e CUT, 2001-2008
(nov/2001=100 com ajuste sazonal)



Se não são os salários a incorporar completamente os ganhos de produtividade, não podem ser percebidos sinais de pressão sobre os custos de produção, o que poderia sugerir alguma pressão inflacionária. Sem o repasse pleno da produtividade aos trabalhadores, estimula a expansão do estrato superior na distribuição de renda no Brasil.

Anexos

➔ Dados da Pesquisa Mensal de Emprego, 2002-2008

Tabela 1A – Pessoas pobres, ricas e indigentes nas seis regiões metropolitanas, 2002-2008

	Pessoas ricas	Pessoas pobres	Pessoas indigentes	População	Hiato (Y-LP)	LP	LR	% Ricos	% Pobres	% Indigentes	% Hiato
2002	448.493	14.352.763	5.562.107	43.624.482	20,07	143,37	11.469,69	1,0%	32,9%	12,7%	14,0%
2003	362.262	15.443.528	6.043.361	44.176.989	24,87	166,37	13.309,65	0,8%	35,0%	13,7%	14,9%
2004	348.751	14.954.670	5.666.118	44.813.649	24,67	176,80	14.143,99	0,8%	33,4%	12,6%	14,0%
2005	393.516	13.752.994	4.717.830	45.472.395	22,36	186,98	14.958,73	0,9%	30,2%	10,4%	12,0%
2006	437.847	12.500.679	3.800.885	46.048.806	19,49	193,07	15.445,85	1,0%	27,1%	8,3%	10,1%
2007	447.873	11.756.563	3.414.775	46.687.292	18,44	200,97	16.077,34	1,0%	25,2%	7,3%	9,2%
2008*	476.596	11.356.714	3.123.876	47.049.491	17,92	208,52	16.681,53	1,0%	24,1%	6,6%	8,6%

(*) Estimativa.

Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego. (Elaboração própria.)

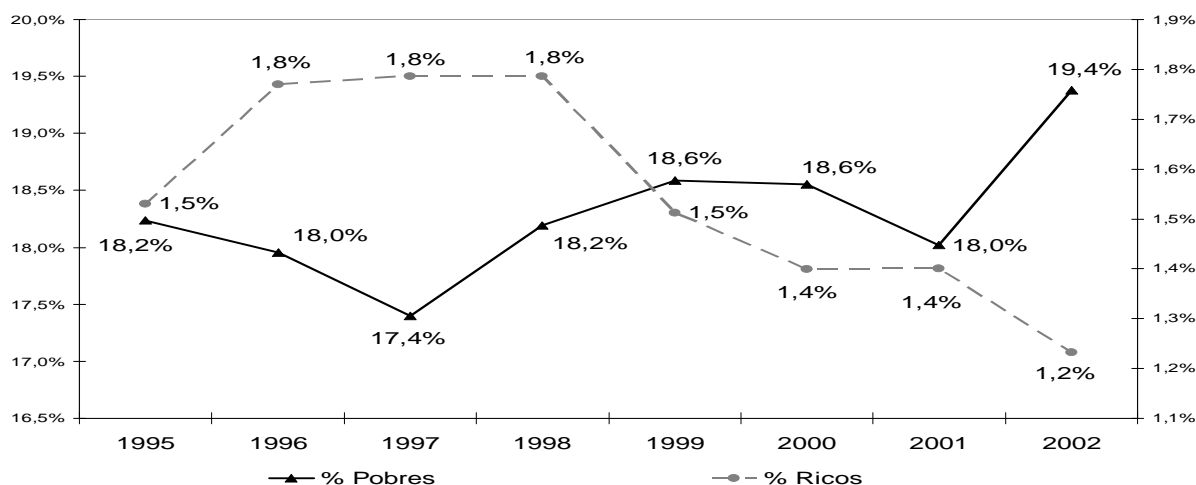
➔ Dados da Pesquisa Mensal de Emprego, 1995-2002

A pesquisa também incluiu dados da PME para os anos de 1995 até 2002, porém, com a mudança de metodologia da pesquisa ocorrida em 2002, os dados deixaram de ser plenamente comparáveis. Assim, optou-se por apresentar neste anexo, os resultados do estudo para os anos anteriores a 2002.

Deste modo, os números da PME apontam, entre 1995 e 2002, oscilações, mas com uma leve tendência de crescimento tanto da taxa de pobres quanto de indigentes. Naqueles anos, a economia brasileira se transformava e alguns grupos sociais sofreram mais neste momento de transição.

Gráfico 1A – Taxa de pobres e indigentes nas seis regiões metropolitanas, 1995-2002

(em %)



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego. (Elaboração própria.)

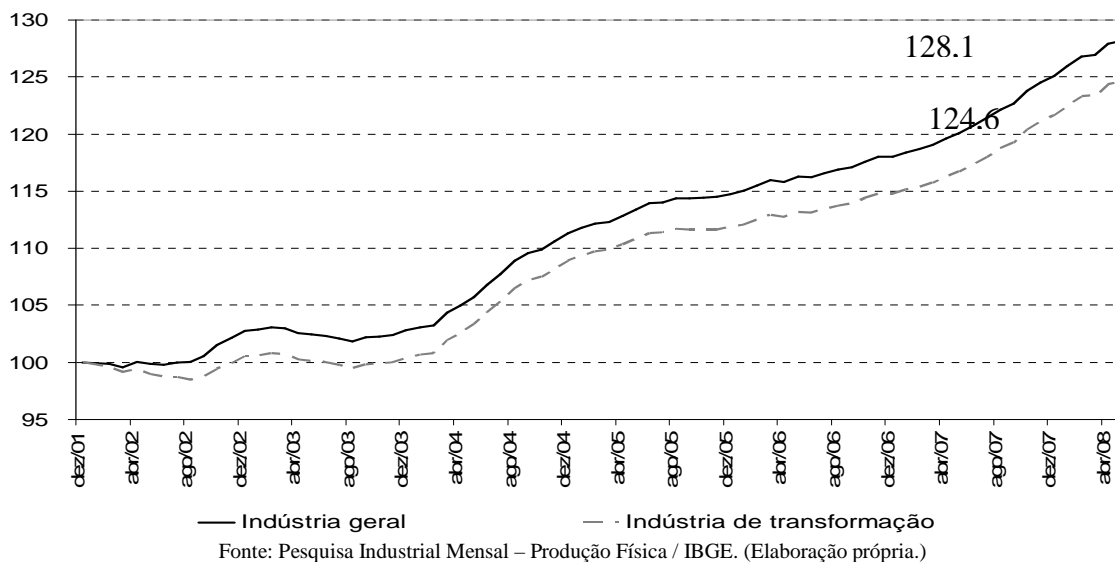
Por outro lado, entre os de maior renda, vê-se um ganho entre 1995 e 1998, seguido de queda em sua participação na população. Não por coincidência, esta virada de tendência acontece no momento da crise cambial que se seguiu aos problemas internacionais oriundos da fuga de capitais do país. É também nesse momento, que a âncora cambial é trocada pela âncora monetária a fim de estabilizar os preços.

➔ Dados da Pesquisa Industrial Mensal (Produção Física e Emprego e Salários)

Os dados abaixo trazem o comportamento da produção física e da folha de salários da indústria brasileira, segundo a PIM (IBGE). Observe, então, o crescimento acentuado da produção física em relação ao pagamento dado aos trabalhadores.

Gráfico 2A – Produção física da indústria brasileira, 1991-2008

(dez/2001=100 com ajuste sazonal)



Naturalmente, essa diferença não absorvida pelos trabalhadores contribuirá negativamente para a distribuição de renda no Brasil.

Gráfico 3A – Folha de pagamento na indústria brasileira, 1991-2008

(dez/2001=100 com ajuste sazonal)

